A Avaliação da Conformidade no âmbito do Mercado Interno Internacional

O texto relaciona dois dos fatores que afetam a produtividade (proposto por Silva M.A.C.) com a Conformidade, podendo ser um regulador da economia.

* Explicando o que é conformidade

A análise da conformidade é um processo sistematizado, acompanhado e avaliado, de forma a propiciar adequado grau de confiança de que um produto, processo ou serviço, ou ainda um profissional, atende a requisitos pré-estabelecidos em normas e regulamentos técnicos com o menor custo para a sociedade. (citação INMETRO-site). A análise é feita através de vários mecanismos, acordos, normas, especificações. Esses mecanismos são desenvolvidos de acordo com os preceitos do Acordo de Barreiras Técnicas ao Comércio, da Organização Mundial do Comércio.

Essa análise gera vários impactos e efeitos em vários segmentos da sociedade, atingindo o consumidor, meio ambiente, o produtor e todo o comércio. Essa análise, em produtos serviços e até mesmo profissionais, a nível internacional, atua no comércio de várias formas, podendo ser ora uma barreira ora um facilitador do mercado de exportações e importações um regulador dessas transações comerciais. Com a tendência de eliminação gradual das barreiras tarifadas, as barreiras técnicas ganham cada vez mais importância no mercado e em sua regulamentação.

* Apresentando a OMC e as primeiras regulações

O desejo de regulamentação é normas do comércio internacional somente depois da Segunda Guerra Mundial, com a criação do GATT - General Agreement on Tariffs and Trade foi uma das primeiras organizações criadas para tratar de relações comerciais internacionais. O GATT teve várias rodadas de acordos e negociações se transformando na organização que conhecemos hoje como OMC – Organização Mundial do Comércio em 1995. A OMC tem como funções básicas a facilitação de acordos e mecanismos jurídicos no âmbito do mercado mundial. Atualmente as regras e acordos que regem o comércio internacional podem ser resumidos em:

1. Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio

1994, o GATT 94, e o conjunto de acordos.

que tratam diretamente do comércio de bens.

2. Acordo Geral Sobre o Comércio de

Serviços, o GATS na sigla em inglês;

3. Acordo Sobre Aspectos dos Direitos de

Propriedades Intelectuais Relacionados ao

Comércio – TRIPS;

3. Entendimento Relativo a Normas e Procedem

entos pelos quais se rege a Solução de

Controvérsias

4. Mecanismo de Revisão de Política Comercial

No que diz respeito ao Acordo Geral Sobre o Comércio de Serviços, o GATS, ele regulamenta o Acordo sobre Barreiras Técnicas. Esse acordo reconhece o direito do país de estabelecer suas próprias normas que julguem adequadas e suficientes para a proteção da saúde e da vida das pessoas, do meio ambiente ou ainda dos interesses dos consumidores, determinando a criação e manutenção de um órgão informações e implantação dos seus regulamentos e normas técnicas e principalmente os procedimentos de avaliação da conformidade. No Acordo sobre Barreiras Técnicas ainda há uma incentivo aos países de participação de uma normalização e análise internacional da Conformidade, impedindo assim obstáculos ao comércio. A Análise da Conformidade em si é um requisito a ser atendido por parte de uma país que deseja vender seus produtos a outro país, quando não a um cumprimento do produtor desses requisitos, se configura uma barreira técnica propriamente dita.

* Nível “Macro/Macro”

Os fatores que afetam a produtividade visa efetivar e atingir a produtividade total, sabendo que a alta produtividade em um setor é ruim e é necessário correlacionar os subsistemas a fim de obter a eficácia. O uso da tecnologia permite desempenho individual, contudo não se pode esquecer que as relações e entendimentos são importantíssimos.

O nível “Macro/Macro” se resume em três partes, Nível de atividade do setor produtivo, utilização das capacidades instaladas e Diferenças regionais.

O Nível de atividade do setor produtivo evita a oscilação da demanda utilizando a baixa produção, pois mantém constante a produção, mão de obra e matéria prima.

A oferta de mão de obra existente na política de emprego influencia na qualificação e não qualificação. O grande contingente de mão de obra não qualificada afeta a produtividade, resultando em prazos de execuções alterados.

A aceleração da economia proporciona contratação e oportunidade de especialização da mão de obra. Quando há uma queda, os empregados tomam iniciativa para que não percam o emprego, aumentando a produtividade.

Pequenas e grandes empresas agem de forma diferente quando há contração de demanda pequenas reduzem a produtividade e grandes tentam abranger o maior espaço no intuito de evitar a contração local.

Na maioria dos casos empresas usam capacidades mais próximas da máxima, procura evitar baixas capacidades, isto reduz os custos fixos nos produtos. Assim a taxa de incremento do custo aumenta quando diminui a capacidade.

Manter a capacidade tem o lado bom e o ruim, o ruim é que não há inovações no ramo da tecnologia, o bom é que reduz a variabilidade (oscilação decorrente dos consumidores).

A diferença regional não está ligada a parte física, e sim a composição setorial, características socioeconômicas e níveis de produtividade. Onde há maior aglomeração de pessoas a produtividade é mais eficiente.

Há fatores que origina aglomerados de consumo de mão de obra. A migração de mão de obra está ligada as diferenças regionais e isso afeta qualitativamente o trabalho. A diferença socioeconômica atinge a produção na questão da escolaridade, afetando também de forma qualitativa e quantitativa.

* Nível “Macro”

O nível cita o processo do projeto e isto está ligado diretamente a conformação do projeto que age na produtividade. Nesse nível apresenta os aspectos que restringem a produtividade, como o ambiente físico, a tecnologia, os aspectos institucionais e os custos.

No ambiente físico se trata de localização e condições climáticas. A proximidade da fábrica em relação a centros de consumos e entre outros. Ela determina o acesso a mão de obra, matéria prima, equipamentos, transporte e circulação no interior da fábrica.

O ambiente também relaciona com a rotatividade e o absenteísmo, o primeiro por causa principal do operário e o segundo por dificuldade de acesso a empresa/emprego.

Há fatores climáticos que afeta, como mau tempo, que gera decréscimo na produtividade, necessidade de refazer o serviço ou até mesmo redução da semana devido a um inverno.

O projetista tem que organizar cada elemento do produto (subsistema do processo) visando o processo de produção como um todo.

As normas funcionais citam aspectos como segurança, higiene e usabilidade, estas representam os parâmetros mínimos a serem estabelecidos (igual na conformidade).

“*A normalização técnica age pela integração dos diversos componentes no projeto para atingir o desempenho esperado do produto como um todo”* – (SILVA M.A.C.-1986).

Assim no momento em que a norma é exigida por órgãos temos regulamento técnico.

Os custos limitam a tecnologia e a qualidade, mas um custo maior pode ampliar a faixa e tomar frente dos consumidores.

Podemos relacionar “Macro/Macro” e “Macro” com Conformidade principalmente o “Macro”. O “Macro/Macro” relaciona com a manutenção de empresas, quando solicitados as adversidades da demanda pode seguir um processo sistematizado. É observado também nas capacidades que uma empresa opera, seguindo um raciocínio de conformidade. A diferença regional está ligada firmemente a conformidade, pois quando submetida a essas diferenças a conformidade regula a qualidade.

No nível “Macro” é citado o processo do projeto isto regula firmemente a qualidade, visando fatores que alteram porem não pode afetar a qualidade.

* Conclusão

Um dos aspectos mais importantes das barreiras técnicas é que elas constituem exigências técnicas estabelecidas para os produtos, serviços ou profissionais nos mercados que são alvos, logo essas especificações, normas, não podem ser elaboradas de maneira aleatória ou arbitrária, pois há a grande possibilidade de se tornarem uma medida protecionista de mercado e um obstáculo para o comércio. Assim o Acordo sobre Barreiras Técnicas não foi criado somente para garantir e auxiliar o comércio internacional, mas proteger os interesses do país, do consumidor e criador do produto e também do meio ambiente.

* Bibliografia

THORTSENSEN, V. A. OMC – Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre comércio, meio ambiente e padrões sociais. Revista brasileira de polítoca internacional. Volume 41 no 2. Brasília, Jullho de 1998.

Paulo Ferracioli. Do GATT à OMC: a Regulação do

Comércio Internacional. Disponível em:<http://www.cepal.org/dmaah/noticias/paginas/9/28579/OMCna.pdf>. Acessado 10/09/2014 às 17:50.

Articulação Internacional. Disponível <http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/asbtc.asp>. Acessado em 0/09/2014 às 17:58

SILVA M.A.C.-1986- Fornecido pela Professora.